

**Elaboração do PDM de Odielas – proposta para discussão pública**

**Ata de Reunião de Concertação**

Pág. 1 / 5

<b>Assunto: Concertação de posições sobre Reserva Ecológica Nacional, Cheias e Riscos (entidades representadas CMO; CCDR-LVT; ANPC; APA/ARH-Tejo;</b>		<b>Local</b>	<b>CCDR-LVT - Lisboa</b>
		<b>Data</b>	<b>11-01-2013</b>
		<b>Hora</b>	<b>10.00</b>

**Ordem de Trabalhos**

- 1 – REN Bruta – Acolhimento do parecer da CCDR-LVT (IPV e Linhas de água)
- 2 – REN Exclusões
- 3 - Apresentação das soluções aplicadas na delimitação e apresentação dos Riscos – Ordenamento e Condicionantes
- 4 – Consolidação de critérios para ocupação das várias categorias de solo.
- 5 – Gestão de usos de solo.

<b>Assunto</b>	<b>Equacionamento – Síntese</b>	<b>Decisões Tomadas</b>	<b>Prazo de Execução</b>	<b>Responsável</b>
Ponto 1	<p>Foram equacionados os pontos do parecer final da CA e da CCDR-LVT e da ARH-Tejo relativamente à delimitação da REN-Bruta, fundamentalmente nos seguintes aspetos:</p> <p>- A CMO indicou que reformulou a proposta de REN-Bruta dando acolhimento às indicações da CCDR-LVT, no que se refere à instabilidade Potencial de Vertentes (IPV) e proposta de cursos de água a integrar a REN.</p> <p>- A APA – ARH Tejo voltou a referir a necessidade de realizar estudos a nível municipal mas em escala que permita melhor precisão e aprofundamento para melhor delimitação das ZAC.</p> <p>- A CCDR-LVT havia proposto, em reunião de concertação relativa à REN realizada a 11 de Dezembro de 2012, que se identificasse a área da costeira de Loures que vai ser sujeita a PMOT de nível inferior ficando as exclusões dentro desta área dependentes das conclusões dos respetivos PMOT.</p>	<p>- Inclusão em sede de IPV da classe de IPV = 4, e respetivas faixas de proteção, para a totalidade do concelho e das áreas com declive superior a 18% no espaço da denominada Vertente Sul. Correção da proposta de cursos de água para inclusão do troço de linha de água que está enterrado em Canegães e não alteração da LA que estabelece a cabeceira da ribeira que corre para Loures a sul de Montemor, porque o limite do concelho constitui um facto pelo que a LA não tem seguimento para o concelho vizinho. Deste modo <b>aceita-se a proposta REN Bruta.</b></p> <p>- Os estudos em curso ou a desenvolver no âmbito dos PMOT de âmbito local a realizar para a costeira deverão fundamentar com maior rigor a exclusão em áreas de instabilidade de vertentes bem como a delimitação da ZAC.</p> <p>- A CMO indicou que a Administração está sensibilizada para este facto e que a breve termo realizará os referidos estudos.</p> <p>- A CMO apresentou uma proposta de delimitação da Área</p>	<p>Com a entrega da proposta a ser encaminhada à CNREN.</p>	CMO.

**Elaboração do PDM de Odiavelas – proposta para discussão pública**  
**Ata de Reunião de Concertação**

Pág. 2 / 5

*[Handwritten signatures and initials]*

Assunto	Equacionamento – Síntese	Decisões Tomadas	Prazo de Execução	Responsável
		<p>Sujeita a PMOT de âmbito local, subsequente ao PDM, conjugando as várias UOPG afetadas pela costeira e pelas ZAC, tendo esta metodologia sido aceita.</p> <p>- Ficou ainda acordado que nesta área não serão efetuadas exclusões da REN senão as correspondentes a áreas urbanas consolidadas e legais (ex. o bairro do Olival Basto)</p>		
Ponto 2	<p>Foram equacionados os pontos do parecer final da CA e da CCDRLVT relativamente à delimitação da REN-Final, fundamentalmente nos seguintes aspetos:</p> <p>- A CCDRLVT enumerou, no parecer relativo à REN, os critérios admissíveis para sustentar as propostas de exclusão.</p> <p>- A CMO chamou a atenção para a necessidade de contemplar critérios adicionais para que fiquem cobertas todos os tipos de justificação de exclusões, tendo proposto a seguinte lista de critérios:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ocupação consolidada legal, anterior ao regime da REN;</li> <li>2. Ocupação por obra pública (ex.: equipamentos ou infraestruturas, excetuando infraestruturas lineares);</li> <li>3. Ocupação licenciada por alvará de licenciamento (a identificar);</li> <li>4. Compromisso urbanístico aprovado em vigor (ex.: projetos aprovados, referir procº e data de aprovação);</li> <li>5. Compromissos urbanísticos em vias de aprovação (ex.: IP's válidas ou seguidas de projeto em apreciação, referir procº);</li> <li>6. Satisfação de carências (evidências a justificar caso a caso).</li> </ol> <p>Foram equacionados os pontos do parecer final da CA relativamente à definição e integração das áreas de risco nos elementos do PDM, fundamentalmente nos seguintes aspetos:</p> <p>a) A CMO apresentou a proposta de representação das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes respeitantes</p>	<p>- A CCDRLVT não coloca objeção aos critérios propostos pela CMO, entende contudo que não vê necessidade de serem excluídas da REN as áreas ocupadas por equipamentos coletivos que estejam isolados no território bem como por grandes infraestruturas rodoviárias. Alertou-se ainda que nos alvarás de loteamento deverá ser ponderada a efetiva necessidade de exclusão.</p> <p>- Atendendo à alteração metodológica adotada para as exclusões, acordou-se que na fase final do projeto a ANPC e a APA/ARH Tejo serão informadas do acolhimento, pela CMO, das suas indicações e se necessário realiza-se nova reunião de concertação para acertar pontos de conflito.</p>	Com a entrega da proposta a ser encaminhada à CNREN.	CMO
Ponto 3		<p>Relativamente às questões deste ponto da ordem de trabalhos, por cada alínea descrita em equacionamento – síntese, foi decidido o seguinte:</p> <p>- Relativamente à alínea a), ficou acordado que as áreas de perigosidade de incêndios florestais alta e muito alta,</p>	Data de submissão da proposta do PDM a discussão pública.	CMO

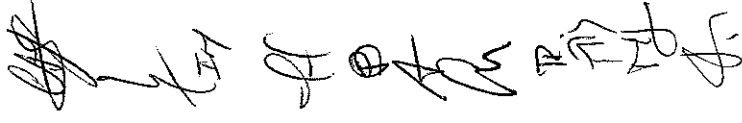
**Elaboração do PDM de Odivelas – proposta para discussão pública**  
**Ata de Reunião de Concertação**

Pág. 3 / 5

*(Handwritten signatures and initials at the top of the page)*











Assunto	Equacionamento – Síntese	Decisões Tomadas	Prazo de Execução	Responsável
	<p>à matéria dos riscos, de modo a dar resposta aos pontos 32, 34, 44, 45, 72, 73 e correlacionados.</p> <p>b) Apresentou os critérios de delimitação das Áreas de Perigosidade de Incêndio Alta e Muito Alta a figurar na planta de Condicionantes – Riscos de Incêndios Florestais, optando-se por considerar condicionantes apenas as áreas que coincidam com a categoria de solo rural, excluindo-se todas as que estão integradas em solo urbano, de modo a dar cumprimento ao artigo 16.º do Decreto-Lei 17 de 2009.</p> <p>c) A CMO informou o ICNF que está em curso, no âmbito da revisão de que o PMDFCI está a ser objeto, a verificação de campo de povoamentos de sobreiros no município e que os resultados serão coordenadamente integrados nos elementos do PDM.</p> <p>d) Verificou-se a necessidade de se encontrar forma de superar a dificuldade interpretativa face à menor clareza lei quanto à transformação de solo rural para solo urbano através dos instrumentos de gestão territorial. Todos os presentes manifestaram consenso com as soluções apresentadas, exceto o ICNF que, apesar de compreender as soluções sente necessidade de melhor ponderação face ao entendimento que faz da lei.</p> <p>e) A ANPC insistiu na necessidade de uma área “zoom” na vertente a sul de Odivelas, dada a incidência de riscos de vária ordem nessa zona e dado que se verifica a existência de discrepância das áreas de risco delimitadas no plano de urbanização da Vertente Sul em relação às áreas apresentadas no PDM, sugerindo que se verifique e compare as áreas de risco apresentadas no PU da Vertente Sul. Em resposta, a CMO argumentou a efetiva dificuldade de compatibilizar estudos de diferentes escalas, metodologias científicas e os próprios calendários processuais. Assim, a CMO acompanhada pela CCDRLVT e a ARHTEjo propôs que as plantas de ordenamento - prevenção de riscos em PDM estabeleçam uma delimitação da referida área que a deixa condicionada a estudos de melhor aprofundamento e precisão em sede</p>	<p>bem como as áreas de povoamentos florestais percorridas por incêndios nos últimos 10 anos, irão integrar a Planta de Condicionantes, sendo estas identificadas por ano de ocorrência. Complementarmente a este elemento do PDM, constará em regulamento que a informação mais detalhada será atualizada anualmente e publicada na página Web do município, servindo de base à gestão territorial e urbanística;</p> <p>- Ficou também acordado que deve ficar assegurada a coerência da referência geográfica dos povoamentos de sobreiros, entre a Planta de Condicionantes – Recursos Florestais e Riscos de Incêndio Florestal e o PMDFCI.</p> <p>- Relativamente à alínea d), à exceção do ICNF que transmitiu que de acordo com o DL 17/2009 de 14 janeiro, a construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas, é proibida nos terrenos classificados nos PMDFCI com perigosidade de incêndio alta e muito alta, foi consensual entre os presentes que a interdição legal de edificação em espaços com risco alto de incêndio florestal se aplica em áreas classificadas como solo rural, cabendo aos PMOT a ação de planeamento e classificação de solo urbano, havendo que, nessa ação, verificar que não haja reclassificação de áreas de solo rural para urbano onde existam povoamentos florestais percorridos por incêndios nos últimos 10 anos. No caso de existir, deverá ser fundamentado o interesse público na classificação do solo urbano, dando assim resposta à questão levantada pelo ICNF.</p> <p>O ICNF transmitiu que há que verificar que não haja essa reclassificação (solo rural para urbano) não só em áreas com povoamentos florestais ardidos, mas também em áreas com povoamentos de sobreiros e nas áreas classificadas nos PMDFCI com perigosidade de incêndio alto e muito alta.</p>		

**Elaboração do PDM de Odivelas – proposta para discussão pública**
  
**Ata de Reunião de Concertação**



Assunto	Equacionamento – Síntese	Decisões Tomadas	Prazo de Execução	Responsável
	<p>dos PMOT que estejam ou venham a ser elaborados para aquela área. A CCDRLVT alertou que, nessa área e à exceção das áreas urbanas consolidadas legais, a avaliação quanto a uma eventual ocupação do solo só será viável após existência de estudos de pormenor.</p> <p>f) A CCDRLVT levantou a questão da redação do artigo 55.º (Áreas de Risco Geotécnico) do Regulamento poder criar equívocos acerca da fiabilidade do estudo geotécnico, uma vez que aponta para estudos posteriores.</p> <p>g) A ANPC referiu a necessidade de ver vertidas no PDM algumas das estratégias que viabilizem a implementação do PME. Também aqui a CMO esclareceu que o próprio PDM forneceu informação para o PME e que as estratégias ao nível da gestão territorial estão contempladas no PDM. Apenas a indicação de equipamentos e áreas inerentes à proteção civil se vê dificuldade em as enquadrar em PDM mas essa informação será disponibilizada em SIG.</p> <p>h) A ANPC apontou a necessidade da articulação estreita entre SMPC e o PDM de modo a que a informação seja apenas uma. Propôs a existência de uma plataforma WEB com acesso a todos os serviços envolvidos nesta área setorial. A CMO demonstrou que essa articulação tem existido e que estão a ser efetuadas diligências para incrementar essa articulação.</p>	<p>O ICNF transmitiu que relativamente à reclassificação de solo rural para urbano em áreas classificadas nos PMDFCI com perigosidade de incêndio alta e muito alta, irá colocar a questão superiormente.</p> <p>- Todos os presentes concordaram com a introdução de uma área delimitada na Planta de Ordenamento – Áreas Sujeitas a Medidas de Prevenção de Riscos e na Planta de Condicionantes – REN, correspondendo ao conjunto de UOPG cobrindo aquela área, a qual ficará sujeita, para efeitos de gestão territorial e à semelhança do que ficou acordado para efeitos da REN, a estudos mais aprofundados, que reavaliarão e determinarão com maior precisão, a serem elaborados no âmbito dos PMOT de âmbito local, subsequentes ao PDM, que estejam ou venham a estar em elaboração, assim sendo dada resposta às questões colocadas pela ANPC, ARHTEjo e CCDRLVT.</p> <p>- No respeitante às alíneas f) e g), face ao exposto pela CMO, considera-se a questão resolvida.</p>		
	<p>Tendo-se esgotado o tempo agendado para a reunião, a mesma foi encerrada e os restantes pontos da ordem de trabalhos foram adiados.</p>			

## Presenças

Nome	Entidade	Contacto Telefónico e/ou Eletrónico	Rubrica
Marta Alvarenga	CCDRLVT		
Isabel Rodrigues	CCDRLVT		
Maria Reis Gomes	CCDRLVT		
Luis Grave	C.M.Odivelas		
Carlos Santos	C.M.Odivelas		
Marco Moreira	C.M.Odivelas		
Teresa Rego	C.M.Odivelas		
Isabel Guilherme	APA (ARHtejo)		
Patrícia Duarte	APA (ARHtejo)		
André Fernandes	ANPC		
Flora Ludovina	ANPC		
Isabel Mata	ICNF		